



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:
UMA ANÁLISE DO INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

THAIS KRISTOSCH IMPERATORI¹

ELISSA CORREIA DE ASSUNCAO SOARES²

JOSE VINICIUS CANDIDO MATOS BEZERRA³

Resumo:

O artigo analisa o ingresso de estudantes com deficiência na UnB, com ênfase no apoio familiar, o sistema de cotas e a avaliação biopsicossocial. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados mostram as barreiras vivenciadas pelos discentes em suas trajetórias escolares, a importância das cotas para democratização do acesso e os limites da avaliação biopsicossocial.

Palavras chaves: ações afirmativas; estudantes com deficiência; inclusão; educação superior.

Abstract:

The article analyzes the entry of students with disabilities at UnB, with an emphasis on the family support, the quota system and biopsychosocial assessment. Data collection occurred through semi-structured interviews. The data show the barriers experienced

¹ Universidade de Brasília

² Universidade de Brasília

³ Universidade de Brasília

by students in their school careers, the importance of quotas for democratizing access and the limits of biopsychosocial assessment.

Keywords: affirmative actions, students with disabilities; inclusion; higher education.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar o ingresso de estudantes com deficiência na UnB, com ênfase nas trajetórias familiares e escolares, o sistema de cotas e a avaliação biopsicossocial. A partir das narrativas dos estudantes foram traçadas suas vivências, dificuldades e perspectivas durante o processo de preparação e realização do vestibular, assim como suas experiências com o sistema de cotas, os recursos de acessibilidade disponibilizados durante a prova e a banca de avaliação biopsicossocial. Busca-se, através destas diferentes lentes, questionar diversas barreiras que permeiam a jornada acadêmica e impedem o pleno acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior.

O ponto de partida da pesquisa é o reconhecimento de dois direitos básicos: o direito à não discriminação e o direito à educação, reconhecidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). A intenção é refletir criticamente sobre a implementação da política de cotas para pessoas com deficiência na educação superior não de forma isolada, mas situando a trajetória escolar anterior dos estudantes e as barreiras enfrentadas no dia a dia desse público. Embora reconheça-se sua importância para ampliação das condições de ingresso, entende-se que ela, por si só, não é suficiente para mudar a realidade educacional das pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter qualitativo e utilizou para a coleta de dados: 1. revisão bibliográfica aprofundada, com artigos, monografias, dissertações e teses sobre o tema; 2. análises de documentos institucionais, como resoluções, relatórios de gestão e planos de ação da UnB, com destaque para a Política de Acessibilidade (Resolução CAD nº 050/2019); 3. entrevistas semiestruturadas com oito estudantes de graduação ingressantes pelo sistema de cotas dos

curso de Direito, Medicina e Ciências Sociais com deficiências física, visual, auditiva, múltipla e autismo, realizadas em março de 2024.

Os entrevistados foram convidados para contribuir com o estudo por meio de um chamamento enviado pela Diretoria de Acessibilidade (DACES)⁴ da UnB, uma vez que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) assegura a proteção às informações pessoais, dentre as quais, os contatos de *e-mail* e telefone dos discentes. A pesquisa seguiu os cuidados éticos dispostos na Resolução CNS nº 510/2016 e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da UnB. Os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a apresentação dos dados preservará o anonimato dos sujeitos.

As entrevistas foram gravadas e realizou-se a transcrição não naturalista dos áudios, privilegiando o discurso verbal (Azevedo, 2017). A análise dos dados se deu por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2016). Neste trabalho serão apresentadas as categorias: “trajetória escolar”, “motivos da escolha do curso”, “processo do vestibular⁵”, “cotas para ingresso” e “avaliação biopsicossocial”. Esse é um recorte da pesquisa intitulada “Efeito das ações afirmativas na UnB: avaliação e monitoramento da política de cotas”, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e desenvolvida no âmbito da iniciação científica.

PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA E ANÁLISE DOS DADOS

O ingresso de estudantes com deficiência na educação superior envolve uma complexa interação de fatores familiares, escolares e institucionais. A literatura sugere que o suporte emocional, econômico e social proporcionado pela família pode influenciar diretamente na forma como esses estudantes enfrentam os desafios educacionais e sociais ao longo de suas vidas.

Nos trechos das entrevistas fica evidente que a trajetória familiar possui impacto na vida educacional dos estudantes, a exemplo do entrevistado 2, que relatou: “Por parte dos meus pais, a minha mãe, ela sempre quis ter um filho formado, minha avó, minha família. Eles sempre deram

⁴ Foi instituída em 2020 como o Núcleo de Acessibilidade da universidade, nos termos do Decreto nº 7.611/2011: “Art. 5º [...] § 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.” Destaca-se que há ações na UnB para atendimento às pessoas com deficiência desde os anos 1980, sendo criado em 1999 o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (Souza; Soares; Evangelista, 2003).

⁵ O termo vestibular é aqui utilizado de forma genérica para tratar de todos os processos seletivos para ingresso em cursos de graduação na instituição. Para informações detalhadas sobre cada forma de ingresso (PAS, Vestibular, Acesso ENEM, entre outros), consultar <https://www.saa.unb.br/graduacao>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

esse incentivo de fazer uma faculdade, porque eles não tiveram a mesma oportunidade." A mãe e a avó são descritas como figuras que incentivaram fortemente a busca por educação superior, motivadas pela falta de oportunidades que enfrentaram em suas próprias vidas. Esse incentivo reflete um contexto em que a família desempenha um papel fundamental na formação das aspirações educacionais do entrevistado.

A valorização da educação não apenas como um meio de realização pessoal, mas também como um caminho para superar vulnerabilidades socioeconômicas é claramente transmitida de geração em geração. Diante disso, a educação é percebida como um instrumento para alcançar melhores condições de vida. A trajetória familiar do entrevistado ilustra vividamente como o apoio e os valores transmitidos por seus familiares moldam suas perspectivas educacionais e influenciam suas metas de vida.

Além do contexto familiar, a trajetória escolar dos estudantes com deficiência é marcada por diversas experiências que podem influenciar significativamente seu desejo e sua preparação para o ingresso no ensino superior. Silva e Martins (2019) argumentam que a adequação curricular, a acessibilidade física e tecnológica e a formação de professores são elementos essenciais para a inclusão efetiva destes estudantes no ambiente escolar. O modelo social da deficiência, conforme discutido por autores como Diniz (2010), propõe que as barreiras impostas pela sociedade são os principais obstáculos para a plena participação das pessoas com deficiência. Nesse sentido, a existência ou a ausência de políticas inclusivas nas escolas pode impactar diretamente o aprendizado e a participação desses estudantes.

Os entrevistados relataram diferentes perspectivas sobre o apoio recebido por professores no ensino médio: "Alguns professores me incentivaram a prestar vestibular, enquanto outros não acreditavam que eu seria capaz." (Entrevistado 6). Este relato evidencia desafios enfrentados pelos estudantes e reflete a importância do suporte educacional nos processos de ensino-aprendizagem e participação. De acordo com Santos (2010) a percepção dos professores pode ser crucial para o desenvolvimento acadêmico e a autoestima dos alunos com deficiência. Apoio e incentivo adequados são fundamentais para enfrentar as barreiras impostas pela falta de acessibilidade.

Outro aspecto crítico é a falta de suporte educacional específico durante o período de preparação para o vestibular, como mencionado pelo entrevistado 2: "Eu não tinha suporte dos professores para fazer o PAS ou qualquer vestibular. Eu fiquei por muito tempo sem saber o que era o PAS, e não fiz justamente porque mesmo indo atrás ainda ficaram muitas dúvidas e no meio



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de uma pandemia.” Esse relato sublinha a importância de medidas institucionais para garantir que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso equitativo a informações e recursos educacionais. A falta de clareza sobre procedimentos referentes aos processos seletivos para ingresso, especialmente no momento de pandemia de Covid-19, acrescentou ainda mais desafios à experiência escolar de estudantes com deficiência.

O período da pandemia esteve presente nas entrevistas. A maioria dos estudantes foi confrontada com situações desafiadoras e inusitadas, levando a uma reflexão profunda sobre suas vidas e carreiras. Um dos entrevistados, que cursa Medicina, relatou: "Me decidi no meio da pandemia quando fiquei muito admirado vendo o trabalho que os médicos estavam fazendo." (Entrevistado 2). Esse momento de admiração e inspiração foi crucial para a decisão de ingressar na sua futura carreira.

Outro entrevistado compartilhou sua motivação para escolha do curso de graduação desde a infância: "Direito sempre foi meu sonho, desde os três anos de idade. Vendo a violência e as injustiças em minha comunidade, senti a necessidade de atuar no sistema jurídico para fazer a diferença e ajudar as pessoas, especialmente aquelas com deficiência, que muitas vezes não conhecem ou não têm acesso aos seus direitos." (Entrevistado 6). Este relato destaca a importância de experiências pessoais e da compreensão sobre a realidade social na formação de objetivos de vida e na escolha de uma profissão.

A implementação da Lei nº 13.409/2016, que institui cotas para pessoas com deficiência nos processos seletivos para cursos superiores nas Instituições Federais de Educação Superior, representa um avanço significativo na promoção da igualdade na política de educação. No entanto, a análise crítica de Silva e Martins (2019) sobre a eficácia dessas políticas na prática revela que ainda existem muitos desafios a serem superados. Em razão disso, mesmo que a reserva de vagas para estudantes com deficiência nas universidades seja uma conquista, estas precisam ser monitoradas e avaliadas constantemente, bem como acompanhadas por outras ações que visem a permanência dos discentes.

Ao analisar os dados sobre a educação superior, é constatado que o crescimento desse público nas universidades ocorre a passos lentos. O Censo da Educação Superior registra que, entre 2016 e 2022, o número de matrículas desse público na educação superior subiu de 35.891 para 79.262. Esse quantitativo representa apenas 0,83% do total de matrículas gerais, considerando o último ano citado (INEP, 2018; INEP, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Esses dados mostram a extrema importância das cotas para pessoas com deficiência no sentido de “democratizar o acesso ao poder, vale dizer, ao acesso ao passaporte universitário” (PIOVESAN, 2008, p.894). De acordo com a fala do Entrevistado 05 elas são importantes para viabilizar o acesso de pessoas com deficiência à universidade:

“Eu julgo que ela é de suma importância, porque só com ela a gente vai conseguir sair da miséria, da fome, e vai poder se tornar uma pessoa crítica de conhecimento de base e que vai poder ajudar a sua comunidade mesmo em conhecimento e mostrando para eles que eles podem chegar lá. [...] Eu acho que ela faz um resgate histórico e social da melhor qualidade. É necessário, e precisamos ampliar. As cotas são necessárias para nivelar as coisas. Agora, se a gente der uma reviravolta na educação, esquece as cotas. Mas hoje a cota é de suma importância.”

Ao analisar as entrevistas dos estudantes, a experiência com as cotas por eles foi positiva, como o trecho a seguir: “Foi muito importante para mim [as cotas], pois é uma competição menos acirrada, o que oferece mais oportunidades para tentar competir, porque nem todos têm as mesmas oportunidades de frequentar os melhores cursos preparatórios.” (Entrevistado 1). Esse entrevistado ainda complementa: “Embora a competição por meio das cotas não seja significativamente menor, ela oferece um pouco mais de oportunidades do que na competição aberta. Isso facilita muito, e pessoalmente, me beneficiou bastante, pois, para ser sincero, sem as cotas, eu não teria passado nesse vestibular.”

A UnB iniciou a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação a partir de 2017, com a implementação da Lei nº 13.409/2016. Foi um momento crucial para que a democratização do acesso à universidade fosse reconhecida, diante de décadas de negação do direito à educação para essa parcela da população.

Um outro tópico discutido durante as entrevistas foi a experiência com a realização do vestibular em si. Os entrevistados realizaram diferentes processos seletivos para ingresso nos seus cursos: o Vestibular (4 estudantes), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁶ (3 estudantes) e o Programa de Avaliação Seriada (PAS) (1 estudante). Todos seguem a reserva de vagas descrita pela implementação da Lei nº 13.409/2016. Contudo, é importante ressaltar que a cota para pessoa com deficiência prevista na legislação se limita a estudantes egressos da rede pública de ensino.

Dentro de todo o sistema de preparação, a realização do vestibular é um momento crucial para o ingresso destes estudantes no ensino superior, logo ele deve ser um processo inclusivo e

⁶ Desde 2020, a UnB não integra o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Porém, há a possibilidade de utilização da nota do ENEM em um processo realizado diretamente pela instituição chamado Acesso ENEM UnB.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acessível para todos eles, de forma que suas necessidades sejam atendidas através de medidas de acessibilidade tomadas pelas instituições que realizam a avaliação. Dentre essas medidas destacam-se a escolha de locais que possuam uma arquitetura baseada no desenho universal, com adaptações físicas nas infraestruturas e nos mobiliários; recursos de tecnologia assistiva; tempo adicional de prova; acompanhamento especializado por meio de ledores, transcritores, intérpretes de Libras e guia-intérpretes, entre outros. Esta organização é decisiva e determinante para que o estudante obtenha uma avaliação baseada na igualdade de condições.

Conforme tratam Silva e Martins (2018, p. 1049): “faz-se necessário que o processo seletivo contemple providências acerca do atendimento às necessidades específicas das pessoas com deficiência, para garantir a equidade participativa na competição entre candidatos”.

Todavia, é explícito que na prática estas ações não são realizadas como deveriam, impactando diretamente no desempenho destes estudantes durante a realização da prova, por exemplo, por falta de acessibilidade arquitetônica nos locais em que são efetuadas como relata um estudante: “Eu solicitei uma sala térrea e fui atendido. A escola tinha poucas rampas, E isso me afetou bastante por conta do tempo de prova, porque para conseguir uma rampa tinha que dar muitas voltas e só assim ter acesso ao banheiro.” (Entrevistado 2).

Em outro caso houve recusa de disponibilização do recurso solicitado pelo discente: “Eles não aceitaram o tempo que eu havia solicitado, não entendi por que, mas eu também não entrei com recurso, não. E solicitei sala. A sala foi aceita. Foi horrível.” (Entrevistado 5). Isso impossibilita uma real inclusão, pois o vestibular é o fator decisivo para a entrada na universidade, e se ele não for realizado contemplando as reais necessidades dos estudantes o seu desempenho durante a prova e o seu ingresso na universidade é dificultado ou impossibilitado, como expõe o mesmo entrevistado

“Principalmente no segundo dia as moças não paravam de conversar. E apesar que no segundo dia a prova de exatas ela tem a mesma quantidade de questões que a prova de humanas, junto com questões, com contas para fazer em relação ao texto. Principalmente as dos vestibulares da UnB, elas têm uns textos muito carregados para você tirar informações, às vezes informações não diretas, não em números, né? que você tem que deduzir de acordo com o texto, uma informação que é importante, crucial para o cálculo. Por ser uma prova onde eu não posso chutar, não dá pra eu sair marcando, ah, tá, vai essa daqui. Então já prejudica mais ainda porque eu tenho que ter certeza da minha atenção na hora de responder a questão. Eu contei pelo menos sete questões que eu marquei errado no gabarito durante as conversas. Então, foram sete questões que eu tive que marcar duplicada para não perder ponto. Além do ponto que eu já tinha perdido porque marquei errado. Então, foi horrível.” (Entrevistado 5)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Após a aprovação no processo seletivo, o estudante passará pela banca de avaliação biopsicossocial, que consiste em um procedimento para comprovação da condição de deficiência e que deve ser pautada pelos critérios previstos na Lei nº 13.146/2015:

Art. 2º [...] § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

Trata-se da implementação do modelo social da deficiência, em que ela é “compreendida como uma expressão da diversidade corporal humana” (SANTOS, 2010, p.10), sendo avaliadas suas efetivas restrições à participação. A avaliação deveria garantir que os estudantes com deficiência recebam o suporte necessário para sua plena inclusão acadêmica. O desafio está em assegurar que esse processo seja justo e sensível às necessidades individuais, promovendo, assim, uma inclusão efetiva.

Mesmo sendo respaldada em lei, muitas bancas ainda utilizam o modelo médico da deficiência em que “a lesão é o foco de análise do modelo médico e a cura é a ação primeira, deixando o bem-estar social da pessoa deficiente em segundo plano” (SANTOS, 2010, p.16). Essa visão centrada em aspectos biomédicos e individualizantes foi relatada por alguns entrevistados que sentiram seus direitos violados em razão da forma como a banca de avaliação foi realizada:

“Só tinham médicas brancas. Não era uma avaliação biopsicossocial! Era pautado completamente no modelo médico de deficiência, muito problemático. A primeira pergunta que eu ouvi foi: essa cadeira de rodas é sua? Eu, sendo uma pessoa que usa a cadeira de rodas há alguns anos, fiquei muito constrangida. Eu queria responder: Não, eu aluguei hoje pra vir fingir! Óbvio que não respondi isso, mas fiquei muito desconfortável.” (Entrevistado 7).

Esse tipo de abordagem culpabiliza o indivíduo pela deficiência, julgando suas vivências, experiências, dificuldades e barreiras apenas a partir de um laudo médico. Além disso, muitos termos, falas e suposições desses profissionais causam constrangimento nos estudantes, como é relatado por um deles “Não me senti confortável com um dos médicos que realizou a avaliação, pois usou um termo que não entendi e se recusou a repetir. Tive que pedir explicações à assistente social presente na banca.” (Entrevistado 6).

A falta de compreensão da deficiência, para além da lesão, e capacitação destes profissionais gera uma regressão de tantos anos de luta, resultando em uma volta de um modelo

restritivo e excludente, que coloca as pessoas com deficiência em um espaço de anormalidade diante de uma ilusória normalidade imposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o estudo pretendeu evidenciar a trajetória dos estudantes antes do seu ingresso na UnB, que é caracterizada e influenciada por diversos fatores, passando por suas vivências familiares e escolares, sua preparação para o vestibular, sua experiência com o sistema de cotas, a realização do vestibular e a banca de avaliação biopsicossocial.

Essa trajetória é crucial para o desenvolvimento do estudante para sua inclusão ao ensino superior, de forma que o percurso deve ser amparado tanto por medidas de acessibilidade em seus diversos âmbitos: arquitetônico, comunicacional, atitudinal, nos transportes, pedagógica, entre outras; quanto por um apoio familiar e escolar, pois possuem um papel indispensável para a preparação emocional, educacional e social.

Com as políticas de cotas, mais especificamente após a implementação da Lei nº 13.409/2016, as matrículas e o acesso de pessoas com deficiência na UnB vêm aumentando gradativamente. Pesquisa realizada por Santos, em 2010, já sinalizava que o sistema de cotas poderia ser uma alternativa viável de assegurar o ingresso de estudantes com deficiência na universidade (Santos, 2010). Contudo, deve-se ter um foco na ampliação desta reserva de vagas para as pessoas com deficiência, pois, mesmo com um maior número de estudantes ingressando no ensino superior pelas cotas, a porcentagem ainda continua baixa em termos de comparação com estudantes sem deficiência.

Buscou também trazer a importância do processo de realização do vestibular, em que adaptações, suporte profissional, adequação dos espaços e tecnologias assistivas fazem parte de uma avaliação inclusiva, que atenda às necessidades dos estudantes com deficiência, proporcionando uma avaliação equitativa. Também é apontada a importância de uma banca de avaliação biopsicossocial pautada no modelo social da deficiência, em que contextos sociais, econômicos, condições objetivas de vida e outros fatores, além da lesão, são considerados no momento de comprovação da deficiência.

Além disso, é importante considerar os desafios que esses estudantes enfrentam após ingressarem na universidade. A adaptação ao ambiente acadêmico, que muitas vezes não está totalmente preparado para receber alunos com deficiência, pode ser uma barreira significativa. A



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

universidade deve, portanto, não apenas garantir o acesso, mas também proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor, com suporte contínuo e adaptações necessárias para que todos os estudantes possam ter uma experiência acadêmica plena e equitativa.

É destacada a importância do acompanhamento contínuo dos estudantes durante a trajetória universitária. Programas de tutoria, apoio social, psicológico e acadêmico, organizações coletivas, bem como a criação de uma cultura de inclusão e respeito dentro do campus, são fundamentais para que possam ser superadas as barreiras e que se consiga garantir efetivamente a permanência, o ensino-aprendizagem e a participação de cada discente. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que vão além do ingresso e se estendem ao longo de toda a jornada acadêmica desses estudantes.

REFERÊNCIAS

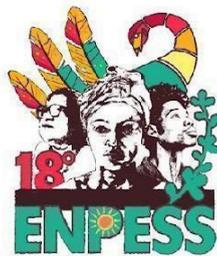
BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; MACHADO, Jairo Maurano. Avaliação Biopsicossocial da Condição de Deficiência: aplicabilidade para o sistema de reserva de vagas na Educação Superior. **Editora de Educação e Acessibilidade da UFScar**, São Carlos, p. 1-36, 2023. Disponível em: <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/acessibilidade-na-ufscar/avaliacao-biopsicossocial.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2016**. Brasília: INEP/MEC, 2018. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em 11 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP/MEC, 2024.

Disponível

em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf

. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 19 jun. 2024.

SANTOS, Nayara Magalhães. **Sistema de Cotas para Deficientes na UnB: uma Alternativa Viável?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Acesso em 19 jun. 2024.

SANTOS, Wederson. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(10), p. 3007-2015, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fWKh6cB9KCYHTKxJfGdgF7m#>

SOUZA, Amaralina Miranda de; SOARES, Daniele Lessa; EVANGELISTA, Glaura Bores Morais Gasparino. **A Universidade de Brasília e a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais**. *Linhas críticas*, Brasília, 9 (16), jan./jun. 2003.

SILVA, Rubia Carla Donda da; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. EXAME VESTIBULAR: providências relativas à inclusão de candidatos com deficiências. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 1047–1071, 7 Jan 2019 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10579>. Acesso em: 19 jun 2024